

alameda

ARQUEOLOGIA | PATRIMÓNIO | HISTÓRIA LOCAL

ISSN 2182-7265

online

IIª série #21 (tomo 1) Jul. 2016

PONTOS NO MAPA

carta arqueológica
do concelho de Trancoso



Pedra da Encavalada:
singularidade e mudança

O Gomizianes da Graça Odemira?
investigação de sítio de naufrágio

Couros Artísticos
para a Corte e a Nobreza
(século XIX)



CAA

Centro de Arqueologia de Almada

O Quebra-Cabeças dos Investigadores

José d'Encarnação

[Catedrático de História, aposentado, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra].

Por opção do autor, o texto não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Refiro-me aos que, no domínio das Ciências Sociais e Humanas, por imperiosas necessidades curriculares, se vêem obrigados a exprimir-se por escrito.

Não, não quero brandir de novo o gume de minha espada contra a ignóbil obrigatoriedade de se ter de redigir em insípido inglês, fazendo enorme ginástica a tentar verter em língua estranha as noções que só a sua riquíssima língua portuguesa contempla. Nessa batalha estou, mas declaro tréguas agora. Falo mesmo do busílis que é escrever em português.

O texto em si, cada qual que se amane para comunicar e defender a tese longamente amadurecida. Refiro-me à referências bibliográficas. Que quebra-cabeças! Quase custa mais adequar-se às restritas regras que cada publicação impõe do que redigir dez páginas! O tempo que se perde! Leva ponto ou querem vírgula? Põe-se a editora ou não? Querem também o ISSN e o ISBN? E as páginas vêm precedidas de p. ou de pp. ou sem nada? Espera aí que já me esqueci como é que querem!...

Horas infinitas passa o autor a ajustar-se às normas implacáveis – que, se as não segues, corres o risco de ver o texto devolvido ou mesmo recusado e tu que gostavas tanto de o publicar!...

– Errado está, amigo! – replicar-me-á alguém. – Em Portugal, foi estabelecida uma norma que dá pelo nome de Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1); e, no caso de correspondência e documentos electrónicos, devem seguir-se, respectivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4). Só há que segui-las e pronto!

– Sim, respondo eu, norma é, mas não temos obrigação de a seguir, nomeadamente se pensarmos que, de tão reflectida que foi, os seus autores nem sequer sabem a diferença entre as funções do hífen e as do travessão! Têm, pois, autoridade para a imporem?

Um martírio, este, o das normas de redacção, que se tornou necessário fundamentalmente porque alguns autores parece que foram esquecendo aos poucos a função da citação bibliográfica.

“Refiro-me às referências bibliográficas. Que quebra-cabeças! Quase custa mais adequar-se às restritas regras que cada publicação impõe do que redigir dez páginas! O tempo que se perde! Leva ponto ou querem vírgula? Põe-se a editora ou não? Querem também o ISSN e o ISBN? E as páginas vêm precedidas de p. ou de pp. ou sem nada? Espera aí que já me esqueci como é que querem!”

Nesse aspecto, o pessoal das Ciências ditas “exactas” não está com meias-medidas: põe (ALBUQUERQUE 2013) e já está! Já está? Significa que a obra desse tal Albuquerque, em 2013, é toda sobre o tema que o autor está a tratar? Ou será apenas um dos capítulos ou, até, duas ou três páginas? Compreende-se bem que há diferença em escrever (ALBUQUERQUE 2013 42-45) ou, simplesmente, (ALBUQUERQUE 2013) – e há que ter consciência disso! Compreende-se que, nesse tal domínio das Ciências ditas “exactas”, amiúde se não indique a paginação, porque se trata de textos pequenos, quase monográficos, ainda que resultem de muitos meses e até de anos de investigação!

Recordo sempre o que nos dizia o nosso saudoso Mestre D. Fernando de Almeida, que trabalhara com Egas Moniz, Prémio Nobel: “O artigo que mais notoriedade me deu tinha apenas cinco páginas!”. Não fixei qual deles foi, mas, se se consultarem as páginas 112-116 do n.º 3 (2005) da revista *Eburobriga*, verificar-se-á que os seus textos de natureza médica eram, em geral, bem sucintos...

Não interessa, a meu ver, a extensão, mas a profundidade, a inovação, a clareza e a lógica na exposição – isso é o que interessa e a forma como se cita a bibliografia constitui excelente sintoma de uma mente bem formada.

E, volto, por isso, à questão inicial: para que servem as referências bibliográficas? Para que o leitor possa, sem grande esforço, ir à fonte que o autor cita e verificar o contexto e aceitar – ou não – a interpretação que lhe foi dada!

E para ser “sem grande esforço”, o que é preciso?

Acho eu que a resposta à pergunta deve ser dada por cada autor e em cada momento: fornecendo todos os elementos indispensáveis!

Partilho, pois, veementemente, da liberdade de expressão também neste domínio: cada qual deve citar a bibliografia como mais lhe convém e está habituado. Carece é de seguir sempre a mesma regra do princípio até ao fim do texto; mas obrigar o autor a pôr ponto ou vírgula, p. ou pp. ou só os números das páginas, desde que ele use um critério uniforme e claro, acho que é uma prepotência nos tempos que correm, em que, à distância de um simples clique, encontramos num livro a expressão que queremos, lemos um artigo, sabemos logo qual é a editora e como o podemos comprar, o ISBN, onde é que a revista se publica e qual a entidade...

Permitam-se-me ainda quatro notas:

1. hifen e o travessão (é por isso que a tal NP 405-1 tem hífenes onde se postulariam travessões...); devemos, conseqüentemente, estar atentos, uma vez que as suas funções são mui diferentes;

2. é a diferença entre um artigo e um livro, quer este seja de um autor quer, tratando-se de uma obra de conjunto, haver a referência clara aos que se encarregaram de preparar ou de coordenar a edição, pois é pelos seus nomes que essas obras ora se citam;

“Partilho, pois, veementemente, da liberdade de expressão também neste domínio: cada qual deve citar a bibliografia como mais lhe convém e está habituado. Carece é de seguir sempre a mesma regra do princípio até ao fim do texto.”

3. Um reparo: a seqüência mais comum é a dos apelidos dos autores. E, neste âmbito, Portugal deve vincar o seu lugar: cita-se pelo último apelido! Sei que há já quem deseje imitar os espanhóis, que citam pelo penúltimo, porque esse é que é o nome do pai; mas, se quiser perseverar nessa pretensão de “ser castelhanos”, o estratagemas é muito simples: opte pela utilização de um hífen e, assim, em vez de GONÇALVES (Antero da Cunha), passará a ser citado CUNHA-GONÇALVES (Antero da). Uma opção legítima, claro! Ainda que, no exemplo citado, esse Antero se arrisque a ver o seu nome identificado, em França, por exemplo, como DA CUNHA GONÇALVES (A.) – e quem é que o vai descobrir assim? Por outro lado, A. é Antero, Antónia, Américo ou... Antonieta?

4. Também me causa algum engulho (problema meu, eu sei!) a questão de se insistir em abreviar *et alii*, expressão latina que significa “e outros” e que deve ser utilizada sempre que haja mais do que três autores. Para já, deverá vir em itálico; depois, porquê abreviar uma expressão tão pequenina?

Apelo, pois, veementemente (repito) a que se deixem da mão as regras rígidas que tanto tempo ocupam aos investigadores e que constituem, a maior parte das vezes, bicudo quebra-cabeças! 🐉